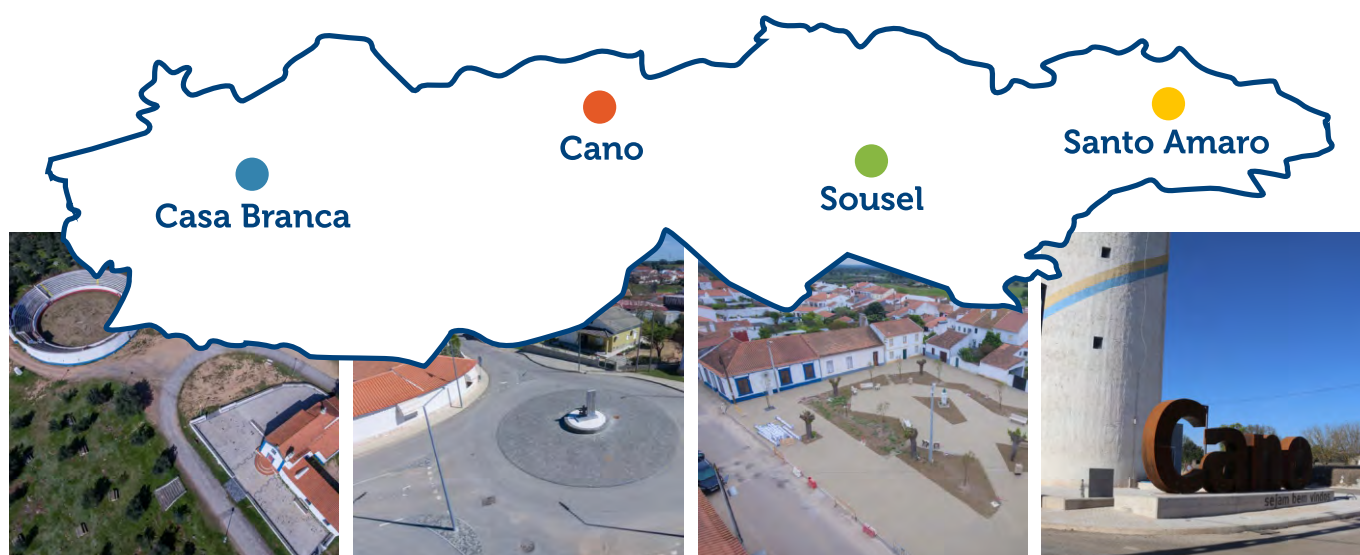




PRESTAÇÃO DE CONTAS 2020

Anexo às demonstrações financeiras



Nota 0 – Adoção pela primeira vez do Sistema de Normalização Contabilística para a Administração Pública (SNC-AP) – Divulgação Transitória

As Demonstrações Financeiras apresentadas correspondem às primeiras Demonstrações Financeiras de acordo com o referencial contabilístico SNC-AP. Estas demonstrações foram preparadas em conformidade com o SNC-AP, de forma a proporcionar uma imagem verdadeira e apropriada da sua posição financeira, alterações à posição financeira, a sua performance financeira e os seus fluxos de caixa.

Uma apresentação verdadeira e apropriada requer que seja feita uma representação fidedigna dos efeitos das transações, de outros eventos, e das condições no que respeita ao reconhecimento dos ativos, passivos, rendimentos e gastos, de acordo com o previsto no SNC-AP.

A NCP 1 requer um conjunto de divulgações a efetuar neste ano de transição, as quais passamos a apresentar:

- a) Forma como a transição de POCAL para o SNC-AP afetou a posição financeira e o desempenho financeiro relatados (ANEXO I)

A transição de POCAL para SNC-AP teve alterações quer ao nível da apresentação, relacionadas com reclassificações em termos de plano de contas, dando cumprimento ao estabelecido no Anexo III do Decreto-Lei nº 192/2015, de 11 de setembro, quer em termos de mensuração dos ativos e passivos, destacando-se:

- Conta 20 – Devedores e credores por transferências, subsídios e empréstimos bonificados – Faz relevar as operações específicas da Administração Pública nomeadamente as quantias que o Município de Sousel recebe por transferências de organismos no âmbito dos projetos cofinanciados, assim como de empréstimos bonificados celebrados especialmente com o Banco Europeu de Investimento (BEI). Encontram-se igualmente registados nesta conta os valores das transferências e subsídios concedidos pelo Município de Sousel;
- Conta 28 – Diferimentos - refletidos os saldos decorrentes da aplicação da periodização económica (contas de custos diferidos e proveitos diferidos em POCAL), nomeadamente relacionados com a execução dos projetos cofinanciados cujo contrato de subsídio não se encontra ainda atribuído ao bem correlacionado. Os contratos de subsídio cujas condições já se encontram cumpridas, e que já se encontram associados ao respetivo bem, foram reclassificados para a conta 593 – Transferências e subsídios de capital, por força da aplicação da norma NCP 14 – Rendimentos de transações sem contraprestação.

CMS – Anexo às Demonstrações Financeiras 2020

- De acordo com o Manual de Implementação do SNC-AP (2ª Versão), a regra é utilizar o custo considerado quando não estiver disponível informação fiável sobre o custo de aquisição ou sobre o custo depreciado. Contudo, relativamente aos prédios rústicos e urbanos, na transição para o SNC-AP, quando não existir informação fiável e atualizada sobre o custo ou sobre o custo depreciado, estes podem ficar mensurados pelo seu Valor Patrimonial Tributário (VPT), em substituição do justo valor, devendo apurar-se nos casos dos prédios depreciables a vida útil estimada remanescente. O VPT constitui um modelo de avaliação de prédios que se considera proporcionar informação que cumpre as características qualitativas da informação financeira previstas na Estrutura Conceptual. Nestes termos, alguns dos ativos fixos tangíveis foram mensurados pelo VPT, o que originou correção por reconhecimento no montante de 153.014,89€, desreconhecimento no montante de 309.888,80€, correção de reconhecimentos em 1.395.364,66€ e reclassificações em 241.289,64€.
- Quanto às propriedades de investimento verificamos que:
 - A NCP-8 define que propriedade de investimento é um terreno ou um edifício, ou parte de um edifício, ou ambos, detidos (pelo proprietário, ou pelo locatário segundo uma locação financeira) para obtenção de rendas ou para valorização do capital, ou ambos, e que não seja para usar na produção ou fornecimento de bens ou serviços ou para fins administrativos ou vender no decurso normal das operações.
 - O ponto 8 da NCP-8 determina que podem existir acordos administrativos em que uma entidade pública controla um ativo legalmente possuído por outra entidade pública ou pelo Estado. Por exemplo, um hospital pode controlar e contabilizar alguns edifícios que sejam legalmente propriedade do Estado. Nestas circunstâncias, a referência a propriedade ocupada pelo titular significa propriedade ocupada pela entidade que a reconhece nas suas demonstrações financeiras.
 - Já quanto ao reconhecimento, uma propriedade de investimento deve ser reconhecida como um ativo quando, e apenas quando:
 - a. For provável que fluirão para a entidade benefícios económicos futuros ou potencial de serviço associados à propriedade de investimento; e
 - b. O custo ou o justo valor da propriedade de investimento puder ser mensurado com fiabilidade.

CMS – Anexo às Demonstrações Financeiras 2020

- Para determinar se um item satisfaz o primeiro critério de reconhecimento, uma entidade precisa de avaliar o grau de certeza ligado ao fluxo de benefícios económicos futuros ou potencial de serviço na base da evidência disponível no momento do reconhecimento inicial. A existência de certeza suficiente de que fluirão para a entidade benefícios económicos futuros ou potencial de serviço necessita de garantia que a entidade irá receber as vantagens associadas ao ativo e ficará com os riscos associados. Esta garantia só fica disponível geralmente quando os riscos e vantagens passaram para a entidade.
- O segundo critério de reconhecimento também é satisfeito com rapidez, porque o justo valor dos terrenos é facilmente mensurável pelo VPT dos mesmos.
- Assim, cumpridos que estão os critérios de reconhecimento, procedemos à reclassificação no montante de 213.788,50€.
- Conforme previsto no POCAL, até 31 de dezembro de 2019, o Município reconhecia em Imobilizado Incorpóreo um conjunto de despesas que à luz da NCP 3 – Ativos Intangíveis, não cumprem os critérios para serem reconhecidas como ativos intangíveis. Assim, foram desreconhecidos ativos fixos intangíveis e ativos fixos tangíveis em curso no montante de 43.986,13€ e reclassificados no montante de 27.501,14€;
- b) Reconciliação entre o património líquido relatado em POCAL em 31/12/2019 com o património líquido de acordo com o SNC-AP em 01/01/2020

As variações decorrentes da transição do património líquido são as seguintes:

Património Líquido 31/12/2019 - POCAL	31.714.723,59
Reconhecimento de Ativos Fixos Tangíveis	153.014,89
Desreconhecimento de Ativos Fixos Tangíveis	-309.888,80
Correção do reconhecimento de Ativos Fixos Tangíveis	-1.395.364,66
Reclassificações de Ativos Fixos Tangíveis	-241.289,64
Reclassificações de Propriedades de Investimento	213.788,50
Desreconhecimento de Ativos Intangíveis	-43.968,13
Reclassificações de Ativos Intangíveis	27.501,14
Imparidades de Participações Financeiras	72.948,89
Património Líquido 01/01/2020 - SNC AP	30.191.465,78

- c) Reconciliação do resultado relatado segundo o POCAL em 31/12/2019 com o resultado líquido apresentado em 01/01/2020.

Não houve qualquer alteração no resultado líquido segundo o relatado em POCAL em 31 de dezembro de 2019 e o SNC-AP em 1 de janeiro de 2020.

- d) Reconhecimento ou reversão, pela primeira vez, de perdas por imparidade ao preparar o balanço de abertura

CMS – Anexo às Demonstrações Financeiras 2020

Foi reconhecida como imparidade a participação na Empresa Local MATSEL, no montante de 72.948,89€, pela aplicação do MEP em anos anteriores.

- e) Distinção dos ajustamentos que são correções de erros cometidos em períodos anteriores e alterações de políticas contabilísticas

Não aplicável.

Nota 1 - Identificação da entidade, período de relato e referencial contabilístico

A informação relativa à entidade, o período de relato e o referencial contabilístico adotado na preparação das demonstrações financeiras encontra-se no ANEXO II (caracterização da entidade) e o organograma no ANEXO III.

De seguida apresenta-se a desagregação dos saldos de caixa e seus equivalentes.

Quadro 1 – Desagregação de caixa e depósitos

Conta	2020	2019
Caixa	4.616,19 €	6.013,92 €
Depósitos à ordem	1.538.018,22 €	1.005.733,15 €
Depósitos à ordem Tesouro	39.887,69 €	0,00 €
Depósitos bancários à ordem	1.498.130,53 €	1.005.733,15 €
Outros depósitos	471.478,83 €	265.219,19 €
Depósitos a prazo		
Depósitos de garantias e cauções	32.072,15 €	
Depósitos consignados	439.406,68 €	265.219,19 €
Total	2.014.113,24 €	1.276.966,26 €

Nota 2 - Principais políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-Lei nº 192/2015 de 11 de setembro, e foram aplicados os requisitos das Normas de Contabilidade Pública (NCP).

Em 2020, o Município, passou a aplicar o SNC-AP, sendo que a data de transição para este novo referencial contabilístico é 1 de janeiro de 2020.

Desta forma, e de acordo com as instruções constantes no manual de Implementação relativamente à aplicação pela primeira vez do SNC-AP, emitido pela Comissão de Normalização Contabilística, a informação comparativa relativa ao ano de 2019 é baseada no POCAL, tendo sido efetuada uma mera conversão dos saldos para as contas e rubricas das demonstrações financeiras de acordo com o novo referencial.

Face ao exposto, esta opção de não obrigar as entidades a reexpressar o comparativo de acordo com o SNC-AP, implica a perda de comparabilidade entre 2020 e 2019, sendo a mesma retomada com as demonstrações financeiras de 2021.

A falta de comparabilidade acima referida é especialmente visível nas seguintes rubricas:

- Propriedades de investimento/Ativos fixos tangíveis
- Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis/Outras contas a receber
- Credores por transferências e subsídios não reembolsáveis concedidos/Outras contas a pagar
- Outras variações no património líquido/Proveitos diferidos

Ativos fixos tangíveis

Na transição do ano para o novo normativo contabilístico, foram efetuadas reclassificações, tendo por base o classificador complementar 2 (CC2).

Todos os bens do ativo fixo tangível foram mensurados pelo seu custo, com exceção dos prédios rústicos e urbanos, que na transição para o SNC-AP, não existindo informação fiável e atualizada sobre o custo ou sobre o custo depreciado, foram mensurados pelo seu Valor Patrimonial Tributário (VPT).

Os ativos fixos tangíveis adquiridos encontram-se registados ao seu custo de aquisição de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites, deduzido das depreciações acumuladas.

As depreciações são calculadas, após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, pelo método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo e bens, adotando-se o Classificador complementar 2 (CC2)

As vidas úteis e método de depreciação dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas será reconhecido prospectivamente na demonstração dos resultados.

As despesas de conservação e reparação que não aumentem a vida útil dos ativos, nem resultem em benfeitorias ou melhorias significativas nos elementos dos ativos fixos tangíveis foram registadas como gastos do exercício em que ocorrem.

Existem ativos fixos tangíveis em curso, os mesmos representam ativos que ainda não se encontram em condições necessárias ao seu funcionamento/utilização. Estes ativos fixos tangíveis

passarão a ser depreciados a partir do momento em que os ativos subjacentes estejam disponíveis para uso e nas condições necessárias para operar de acordo com o pretendido pela gestão.

O desreconhecimento dos ativos fixos tangíveis, resultantes da venda ou abate são determinados pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação ou abate, sendo registados na demonstração dos resultados nas rubricas «Outros rendimentos e ganhos» ou «Outros gastos e perdas».

Todos os bens do ativo fixo tangível foram mensurados pelo seu custo.

Propriedades de Investimento

Na transição do ano para o novo normativo contabilístico, foram reclassificados ativos, de acordo com o facto dos mesmos representarem um recurso presentemente controlado pelo Município, como resultado de um evento passado que contém em si a capacidade de proporcionar um influxo do potencial de um serviço ou de benefícios económicos futuros.

Acresce referir que o controlo do recurso está presente, não apenas pela propriedade legal, se bem que esta seja importante, mas pela capacidade para utilizar o potencial de serviço ou os benefícios económicos provenientes do recurso em causa, ou de determinar a natureza e forma de utilização que outras entidades fazem dos benefícios originados pelo recurso (§93 da Estrutura concetual), nomeadamente se os investimentos que tenham de ser feitos não são cobertos pelo titular da propriedade.

Nestes termos foi adotado o classificador complementar 2 (CC2). Sempre que se justifique a vida útil dos ativos é revista em função das qualificações exigidas para a sua operacionalidade, podendo nestes casos serem adotados outras estimativas de depreciação.

Todos os bens de propriedades de investimento foram mensurados pelo seu custo.

Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis encontram-se reconhecidos e mensurados pelo seu custo de aquisição, menos amortizações acumuladas e eventuais perdas por imparidade acumuladas.

Compreende, essencialmente, licenças de software, programas de computador e marcas e patentes.

Um ativo intangível apenas é reconhecido quando for provável que dele advenham benefícios económicos futuros ou potencial de serviço esperado e se o custo ou justo valor do ativo possa ser mensurado com fiabilidade.

A quantia amortizável de um ativo intangível é imputada numa base sistemática durante a sua vida útil. A amortização, calculada numa base duodecimal, começa quando o ativo está disponível para uso, isto é, quando se encontra na localização e condição necessárias para operar da forma pretendida pelo órgão de gestão.

Para este efeito são tidas em consideração as vidas úteis de referência previstas no Classificador complementar 2 – Cadastro e vidas úteis dos ativos fixos tangíveis, intangíveis e propriedades de investimento, desde que não se mostrem contrárias às estimativas de utilização do ativo, tendo em consideração a sua obsolescência ou outro desgaste que ocorra nas circunstâncias em que ele é utilizado. Nesta situação, são casuisticamente justificadas as razões que explicam uma eventual alteração do tempo de vida útil.

O método de amortização utilizado no período de relato é o método da linha reta.

As licenças de software e programas de computador tem uma vida útil estimada de 3 anos. As marcas e patentes tem uma vida útil estimada de 5 anos.

Analisando os bens que compunham esta conta de acordo com o normativo anterior (POCAL), verificou-se que alguns destes bens não satisfazem a definição de ativo fixo intangível no SNC-AP. Foram por isso, desreconhecidos nesta conta e transferidos para uma conta 56 – Resultados transitados.

Todos os bens do ativo intangível foram mensurados pelo seu custo.

Participações financeiras

Os investimentos financeiros em subsidiárias, empreendimentos conjuntos e associadas podem ser mensurados em conformidade com a NCP 18 (justo valor ou ao custo) ou ao método da equivalência patrimonial conforme previsto na NCP 23.

Pelo método do custo, o investimento é reconhecido inicialmente pelo seu custo de aquisição, sendo subsequentemente ajustado de quaisquer perdas por imparidade.

Pelo método da equivalência patrimonial, a quantia escriturada é aumentada ou diminuída para reconhecer a evolução da quota-parte da investidora nos resultados da participada depois da data da aquisição. A quota-parte da investidora nos resultados da participada é reconhecida nos resultados da investidora. As distribuições recebidas reduzem a quantia escriturada do investimento. O valor final da participação financeira irá incluir o valor determinado pela aplicação do método da equivalência patrimonial juntamente com quaisquer interesses de longo prazo que, em substância, façam parte do investimento líquido da investidora na participada.

Também as participações financeiras estão mensuradas pelo seu custo.

As participações em associadas estão mensuradas por recurso ao método da equivalência patrimonial.

Depreciações e amortizações

As depreciações e amortizações correspondem à desvalorização normal dos ativos fixos, decorrentes do gasto com a sua utilização, sendo o método das quotas constantes (ou da linha reta) o método utilizado, considerando a vida útil de referência que consta no CC2.

Contas a receber

As contas a receber de clientes e outros devedores são reconhecidas inicialmente ao justo valor, sendo subsequentemente mensuradas ao custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva, deduzido das perdas por imparidade. A imparidade das contas a receber é estabelecida quando há evidência objetiva de que a autarquia não receberá a totalidade dos montantes em dívida conforme as condições originais das suas contas a receber.

Inventários

Os inventários são reconhecidos pelo custo de aquisição, utilizando-se como método de custeio das saídas, o custo médio ponderado. Os inventários finais estão valorizados ao custo médio ponderado, o qual é inferior ao valor realizável líquido. Caso a quantia escriturada seja superior ao valor realizável líquido, são constituídas perdas por imparidade por forma a que o quantia escriturada reflita a sua quantia recuperável.

Transferências e subsídios

As transferências do Estado para os municípios no âmbito do Fundo de Equilíbrio Financeiro previsto na Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro e a que o Município tem direito são reconhecidas no património líquido.

Sempre que se configurar possível a afetação dessas verbas a um ou mais ativos depreciables ou amortizável, afetação, a transação para resultados equipara-se a um subsídio ou transferência consignada, pelo que, numa base sistemática, procede-se à Imputação, à medida que forem contabilizadas as amortizações ou depreciações dos ativos subjacentes na respetiva proporção.

Um subsídio só é reconhecido quando haja segurança razoável de que a entidade cumprirá as condições a ele associadas, e que o subsídio será recebido.

CMS – Anexo às Demonstrações Financeiras 2020

Os subsídios não reembolsáveis relacionados com ativos fixos tangíveis e ativos intangíveis são inicialmente reconhecidos em diferimentos e no momento em que se consideram cumpridas as condições, são transferidos para o património líquido (outras variações do património líquido) e, subsequentemente:

- Os que respeitam a ativos fixos tangíveis depreciables e ativos intangíveis amortizáveis devem ser imputados numa base sistemática como rendimentos de forma que sejam balanceados com os gastos relacionados que se pretende que eles compensem;
- Os que respeitem a ativos fixos tangíveis não depreciables e ativos intangíveis amortizáveis devem ser mantidos no património líquido, exceto se a respetiva quantia for necessária para compensar qualquer perda por imparidade.

Principais Pressupostos Relativos ao Futuro

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos do Município de Sousel, mantidos de acordo com princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal, para o setor público.

Os eventos ocorridos após a data do balanço que afetem o valor dos ativos e passivos existentes à data do balanço só são considerados na preparação das demonstrações financeiras do período. Esses eventos, se significativos, são divulgados no presente anexo as demonstrações financeiras.

Não existem eventos subsequentes suscetíveis de divulgação, para além da referência, em especial, neste exercício, da doença COVID – 19.

Nota 3 - Ativos intangíveis

Em 2020, o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos intangíveis encontra-se nos quadros seguintes.

Quadro 3.1 – Ativos intangíveis - Variação das amortizações e perdas por imparidades acumuladas								
RUBRICAS	Início do período				Final do período			
	Quantia Bruta (1)	Amortizações Acumuladas (2)	Perdas por Imparidade Acumuladas (3)	Quantia escriturada (4)=(1)-(2)-(3)	Quantia Bruta (5)	Amortizações Acumuladas (6)	Perdas por Imparidade Acumuladas (7)	Quantia escriturada (8)=(5)-(6)-(7)
Ativos Intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural								
Goodwill	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Projetos de desenvolvimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Programas de computador e sistemas de informação Propriedade industrial e intelectual	301.662,64	274.161,50	0,00	27.501,14	382.291,60	309.462,65		72.828,95
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos intangíveis em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	301.662,64	274.161,50	0,00	27.501,14	382.291,60	309.462,65	0,00	72.828,95

CMS – Anexo às Demonstrações Financeiras 2020

Quadro 3.2 - Ativos Intangíveis - Quantia escriturada e variações do período

RUBRICAS	Quantia Escriturada Inicial	Variações							Quantia Escriturada Final
		Adições	Transf. Internas	Revaloriz	Reversões e Perdas	Perdas por Imparidade	Amortiz. Período	Diminuições	
Ativos Intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural									0,00
Goodwill	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Projetos de desenvolvimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Programas de computador e sistemas de informação	27.501,14	80.628,96	0,00	0,00	0,00	0,00	-35.301,15	0,00	72.828,95
Propriedade industrial e intelectual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos Intangíveis em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	27.501,14	80.628,96	0,00	0,00	0,00	0,00	-35.301,15	0,00	72.828,95

Quadro 3.2A - Ativos Intangíveis - Adições

RUBRICAS	Adições									
	Internas	Compra	Cessão	Transf. Ou Troca	Exprop.	Doação	Doação em Pagamen	Locação Financ.	Fusão	Outras
Ativos Intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural										
Goodwill	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Projetos de desenvolvimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Programas de computador e sistemas de informação	0,00	80.628,96	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	80.628,96
Propriedade industrial e intelectual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos Intangíveis em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	80.628,96	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	80.628,96

Nota 4 - Acordos de concessão de serviços: concedente

No quadro seguinte encontram-se descritos os contratos de concessão, com todos os elementos fundamentais. Não há lugar a qualquer pagamento, há sim lugar a recebimentos.

O modelo de compensação dos concessionários é o da atribuição de um direito.

Quadro 4 - Acordos de concessão de serviços

Acordos de concessão de serviço	Concessionário	Ativo de concessão	Período de concessão	Valor do contrato	Pagamentos ao concessionário		
					Anos anterior	Ano corrente	Anos futuros
Contrato de concessão de distribuição de energia elétrica em baixa tensão	EDP Distribuição Energia, SA	-----	20 A	-----	-----	-----	-----

Nota 5 - Ativos fixos tangíveis

Os bens do ativo fixo tangível foram mensurados pelo seu custo e o gasto de depreciação dos ativos inicia quando fica disponível para uso e cessa quando o ativo é desreconhecido. A autarquia utiliza o método das quotas constantes (ou da linha reta) para calcular as depreciações.

Em 2020, o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos tangíveis encontra-se de seguida.

Em 30 de setembro de 2020 o Município de Sousel adquiriu uma participação financeira na Empresa Águas do Alto Alentejo, EIM, SA, com a realização de um capital social, em espécie, no montante de 1.255.457,00€, correspondendo cada ação a 1€.

Foram ainda reconhecidos no património Municipal, bens adquiridos pela CIMAA, através de

CMS – Anexo às Demonstrações Financeiras 2020

candidaturas conjuntas dos Municípios ao longo dos anos, no montante de 150.527,81€. Estes bens encontravam-se registados no património daquela entidade, mas o uso encontrava-se no município.

A Casa Mortuária foi construída pelo Município num terreno da Junta de Freguesia de Sousel, cedido em regime de direito de superfície, por um período de 20 anos, findo o qual passaria para o domínio patrimonial da freguesia (em 2028). No entanto, a gestão e o controlo daquele bem, encontra-se no domínio integral da Junta de Freguesia, tendo neste caso o bem sido objeto de transferência para a Junta, ao abrigo do normativo legal.

Descrição	Valor
Ativos Fixos Tangíveis em curso - Dominio Público	442.303,62 €
R S Sebastião Sousel	81.040,57 €
Largo do Conde de Valeças Cano	16.619,91 €
Rua Conde Valença - Projeto	24.292,50 €
Requalificação Largo Mâncio Canela	13.517,60 €
Remod Proj Rede Aguas Residuais - Sousel	30.135,00 €
Largo Rossio Cano - Projeto	18.892,80 €
Entrada de Santo Amaro - Projeto	11.808,00 €
Ecopista - Projeto	1.076,25 €
Beneficiação de Arruamentos no Concelho	22.211,90 €
Benf Arruam e Espaços Verdes - Estrada Nascente - Sousel	53.058,89 €
Benf Arruam e Espaços Verdes - Estrada Norte	28.000,85 €
Requalificação das Estradas Noroeste e Sudeste de Cano	141.649,35 €
Ativos Fixos Tangíveis em curso - Dominio Privado	63.136,11 €
Mercado Municipal - Projeto	7.164,96 €
Pavilhão Multiusos - Projeto	53.634,15 €
Posto GNR Fiscalização e medições	2.337,00 €
TOTAL	505.439,73 €

Quadro 5.1 - Ativos fixos tangíveis - Variação das depreciações e perdas por imparidades acumuladas

RUBRICAS	Início do período				Final do período			
	Quantia Bruta (1)	Depreciações Acumuladas (2)	Perdas por Imparidade Acumuladas	Quantia escriturada (4)=(1)-(2)-(3)	Quantia Bruta (5)	Depreciações Acumuladas (6)	Perdas por Imparidade Acumuladas (7)	Quantia escriturada (8)=(5)-(6)-(7)
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural								
Terrenos e recursos naturais	2.159.927,92	0,00	0,00	2.159.927,92	2.167.964,67	0,00	0,00	2.167.964,67
Edifícios e outras construções	124.815,92	67.899,13	0,00	56.916,79	127.378,07	74.149,37	0,00	53.228,70
Infraestruturas	26.170.323,54	17.356.206,49	0,00	8.814.117,05	21.694.949,80	15.504.799,65	0,00	6.190.150,15
Património histórico, artístico e cultural	315.343,46	0,00	0,00	315.343,46	315.343,46	0,00	0,00	315.343,46
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Bens de domínio público em curso	18.582,71	0,00	0,00	18.582,71	442.303,62	0,00	0,00	442.303,62
	28.788.993,55	17.424.105,62	0,00	11.364.887,93	24.747.939,62	15.578.949,02	0,00	9.168.990,60
Ativos fixos em concessão								
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Infraestruturas	2.704.514,72	1.113.062,12	0,00	1.591.452,60	2.713.699,41	1.218.301,38	0,00	1.495.398,03
Património histórico, artístico e cultural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos fixos em concessão em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	2.704.514,72	1.113.062,12	0,00	1.591.452,60	2.713.699,41	1.218.301,38	0,00	1.495.398,03
Outros ativos fixos tangíveis								
Terrenos e recursos naturais	2.187.401,73	0,00	0,00	2.187.401,73	2.055.936,13	0,00	0,00	2.055.936,13
Edifícios e outras construções	16.817.976,24	4.538.353,76	0,00	12.279.622,48	17.452.279,88	4.944.312,46	0,00	12.507.967,42
Equipamento básico	1.953.960,03	1.515.348,87	0,00	438.611,16	1.951.454,42	1.544.877,89	0,00	406.576,53
Equipamento de transporte	2.233.855,88	1.669.040,08	0,00	564.815,80	2.277.506,32	1.735.978,84	0,00	541.527,48
Equipamento administrativo	728.797,54	670.692,57	0,00	58.104,97	627.574,77	554.780,61	0,00	72.794,16
Equipamentos biológicos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	574.396,37	381.156,19	0,00	193.240,18	580.539,06	422.488,58	0,00	158.050,48
Ativos fixos tangíveis em curso	320.720,17	0,00	0,00	320.720,17	63.136,11	0,00	0,00	63.136,11
	24.817.107,96	8.774.591,47	0,00	16.042.516,49	25.008.426,69	9.202.438,38	0,00	15.805.988,31
TOTAL	56.310.616,23	27.311.759,21	0,00	28.998.857,02	52.470.065,72	25.999.688,78	0,00	26.470.376,94

CMS – Anexo às Demonstrações Financeiras 2020

Quadro 5.2 - Ativos fixos tangíveis - Quantia escriturada e variações do período

RUBRICAS	Quantia Escriturada Inicial	Adições	Transferências internas	Revalorizações	Reversões de perdas por imparidade	Perdas por imparidade	Depreciações do período	Diminuições	Quantia Escriturada Final
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural									
Terrenos e recursos naturais	2.159.927,92	8.036,75	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.167.964,67
Edifícios e outras construções	56.916,79	2.562,15	0,00	0,00	0,00	0,00	-6.250,24	0,00	53.228,70
Infraestruturas	8.814.117,05	0,00	169.399,61	0,00	0,00	0,00	1.851.406,84	-4.644.773,35	6.190.150,15
Património histórico, artístico e cultural	315.343,46	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	315.343,46
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Bens de domínio público em curso	18.582,71	597.386,44	-173.665,53	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	442.303,62
	11.364.887,93	607.985,34	-4.265,92	0,00	0,00	0,00	1.845.156,60	-4.644.773,35	9.168.990,60
Ativos fixos em concessão									
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Infraestruturas	1.591.452,60	4.918,77	4.265,92	0,00	0,00	0,00	-105.239,26	0,00	1.495.398,03
Património histórico, artístico e cultural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos fixos em concessão em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	1.591.452,60	4.918,77	4.265,92	0,00	0,00	0,00	-105.239,26	0,00	1.495.398,03
Outros ativos fixos tangíveis									
Terrenos e recursos naturais	2.187.401,73	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-131.465,60	2.055.936,13
Edifícios e outras construções	12.279.622,48	0,00	634.303,64	0,00	0,00	0,00	-405.958,70	0,00	12.507.967,42
Equipamento básico	438.611,16	69.851,30	0,00	0,00	0,00	0,00	-29.529,02	-72.356,91	406.576,53
Equipamento de transporte	564.815,80	79.467,51	0,00	0,00	0,00	0,00	-66.938,76	-35.817,07	541.527,48
Equipamento administrativo	58.104,97	44.552,03	0,00	0,00	0,00	0,00	115.911,96	-145.774,80	72.794,16
Equipamentos biológicos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	193.240,18	6.142,69	0,00	0,00	0,00	0,00	-41.332,39	0,00	158.050,48
Ativos fixos tangíveis em curso	320.720,17	376.719,58	-634.303,64	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	63.136,11
	16.042.516,49	576.733,11	0,00	0,00	0,00	0,00	-427.846,91	-385.414,38	15.805.988,31
TOTAL	28.998.857,02	1.189.637,22	0,00	0,00	0,00	0,00	1.312.070,43	-5.030.187,73	26.470.376,94

Quadro 5.2A - Ativos fixos tangíveis - Adições

RUBRICAS	Adições										
	Internas	Compra	Cessão	Transferência ou troca	Expropriação	Doação, herança e outros	Dação em Pagamento	Locação Financeira	Fusão, cisão e reestruturação	Outras	Total
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural											
Terrenos e recursos naturais	0,00	7.000,00	0,00	0,00	0,00	1.036,75	0,00	0,00	0,00	0,00	8.036,75
Edifícios e outras construções	0,00	2.562,15	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.562,15
Infraestruturas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Património histórico, artístico e cultural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Bens de domínio público em curso	0,00	597.386,44	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	597.386,44
	0,00	606.948,59	0,00	0,00	0,00	1.036,75	0,00	0,00	0,00	0,00	607.985,34
Ativos fixos em concessão											
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Infraestruturas	0,00	4.918,77	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.918,77
Património histórico, artístico e cultural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos fixos em concessão em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	4.918,77	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.918,77
Outros ativos fixos tangíveis											
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Equipamento básico	5.017,20	64.469,10	0,00	0,00	0,00	365,00	0,00	0,00	0,00	0,00	69.851,30
Equipamento de transporte	0,00	69.156,12	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.311,39	0,00	0,00	79.467,51
Equipamento administrativo	0,00	44.552,03	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	44.552,03
Equipamentos biológicos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	6.142,69	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.142,69
Ativos fixos tangíveis em curso	0,00	376.719,58	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	376.719,58
	5.017,20	561.039,52	0,00	0,00	0,00	365,00	0,00	10.311,39	0,00	0,00	576.733,11
TOTAL	5.017,20	1.172.906,88	0,00	0,00	0,00	1.401,75	0,00	10.311,39	0,00	0,00	1.189.637,22

Quadro 5.2B - Ativos fixos tangíveis - Diminuições

RUBRICAS	Alienações a título oneroso	Transferência ou troca	Devolução ou reversão	Fusão, cisão, reestruturação	Outras	Total
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural						
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Infraestruturas	0,00	-4.644.672,38	0,00	0,00	-100,97	-4.644.773,35
Património histórico, artístico e cultural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Bens de domínio público em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	-4.644.672,38	0,00	0,00	-100,97	-4.644.773,35
Ativos fixos em concessão						
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Infraestruturas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Património histórico, artístico e cultural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos fixos em concessão em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros ativos fixos tangíveis						
Terrenos e recursos naturais	-107.820,50	-23.645,10	0,00	0,00	0,00	-131.465,60
Edifícios e outras construções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Equipamento básico	0,00	-70.034,52	0,00	0,00	-2.322,39	-72.356,91
Equipamento de transporte	-23.086,34	-7.277,76	0,00	0,00	-5.452,97	-35.817,07
Equipamento administrativo	0,00	-144.275,92	0,00	0,00	-1.498,88	-145.774,80
Equipamentos biológicos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos fixos tangíveis em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	-130.906,84	-245.233,30	0,00	0,00	-9.274,24	-385.414,38
TOTAL	-130.906,84	-4.889.905,68	0,00	0,00	-9.375,21	-5.030.187,73

No que diz respeito às alienações, o Município de Sousel durante o ano de 2020 vendeu dois terrenos à empresa Pasto Alentejano II Distribuição, Lda e um terreno à empresa Monte do Ganhão, Lda. Relativamente às viaturas, foi alienada a viatura Renault Trafic Combi 05-HU-44.

CMS – Anexo às Demonstrações Financeiras 2020

Nota 6 - Locações

Relativamente às locações financeiras, o Município de Sousel tem 5 contratos de locação financeira, cujos dados se apresentam no quadro seguinte.

Quadro 6.1 - Locações financeiras - locatário

Quadro 6.1 - Locações financeiras - locatário										
Bens Locados	Valor do contrato	Pagamentos efetuados acumulados				Futuros pagamentos mínimos				Valor presente dos futuros pagamentos mínimos
		Período		Acumulado		Até 1 ano	Entre 1 e 5 anos	Superior a 5 anos	Total	
		Pagamentos mínimos	Rendas contingentes	Pagamentos mínimos	Rendas contingentes					
Equipamento Transporte - 434	566.467,66 €	44.831,99 €	0,00 €	405.144,44 €	0,00 €	43.544,70 €	85.631,92 €	0,00 €	129.176,63 €	159.434,46 €
Total	566.467,66 €	44.831,99 €	0,00 €	405.144,44 €	0,00 €	43.544,70 €	85.631,92 €	0,00 €	129.176,63 €	159.434,46 €

O Município de Sousel tem 3 contratos de locação operacional, cujos dados se apresentam no quadro seguinte.

Quadro 6.2 - Locações operacionais - locatário

Quadro 6.2 - Locações operacionais - locatário										
Bens Locados	Valor do contrato	Pagamentos efetuados acumulados				Futuros pagamentos mínimos				Valor presente dos futuros pagamentos mínimos
		Período		Acumulado		Até 1 ano	Entre 1 e 5 anos	Superior a 5 anos	Total	
		Pagamentos mínimos	Rendas contingentes	Pagamentos mínimos	Rendas contingentes					
Locação de duas Viaturas Megane	28.999,50 €	6.944,94 €	0,00 €	28.999,50 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Locação de Viatura Kangoo	15.157,85 €	3.574,71 €	0,00 €	15.157,85 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Locação de Viatura Kangoo e Viatura Megane	9.657,91 €	1.565,96 €	0,00 €	1.565,96 €	0,00 €	8.091,95 €	0,00 €	0,00 €	8.091,95 €	9.953,10 €
Total	53.815,26 €	12.085,61 €	0,00 €	45.723,31 €	0,00 €	8.091,95 €	0,00 €	0,00 €	8.091,95 €	9.953,10 €

O valor dos referidos contratos de Médio e Longo prazo é de 79.396,26€ e o valor dos contratos a Curto Prazo é de 37.094,92€, conforme evidenciado no Balanço.

Nota 7 - Custo de empréstimos obtidos

O Município de Sousel tem 6 contratos de empréstimos, cujos dados se apresentam no quadro seguinte.

Quadro 7.1 - Empréstimos obtidos - Empréstimos bancários

Quadro 7.1 - Empréstimos obtidos - Empréstimos bancários																		
Nome da Instituição	Data da Contrat.	Prazo Cont. rat	Visto T.C.		Capital		Taxa Juro		Pagamentos anos anteriores			Pagamentos do ano			Encargos vencidos e não pagos	Divida em 01 de Janeiro	Divida em 31 de Dezembro	
			Nº Reg.	Data	Contratado	Utilizado	Inicial	Atual	Amortização	Juros	Total	Amortização	Juros	Total				
BPI	12-01-06	20	1171	07-09-06	94.996,40	94.996,40	3,83	0,00	61.000,62	7.243,60	68.244,22	4.856,54	0,00	4.856,54	0,00	33.995,78	29.139,22	
Novo Banco	13-02-09	20	27	12-03-09	250.000,00	88.600,00	1,72	0,89	41.838,87	10.359,26	52.198,13	4.922,22	404,97	5.327,19	0,00	46.761,13	41.838,91	
Novo Banco	12-03-09	20	33	30-03-09	164.555,33	164.555,33	2,51	0,89	77.706,66	19.626,00	97.332,66	9.141,96	752,14	9.894,10	0,00	86.848,67	77.706,71	
CGD	10-10-16	15	2293	30-11-16	664.896,00	664.896,00	0,07	0,57	62.726,05	9.324,16	72.050,21	50.180,84	6.642,45	56.823,29	0,00	602.169,95	551.989,11	
BPI	30-05-19	12	1891	13-09-19	1.606.170,98	1.369.625,32	0,17	0,24	28.533,90	1.180,16	29.714,06	114.135,44	6.525,99	120.661,43	0,00	1.341.091,42	1.226.955,98	
BPI	13-05-20	15	2062	19-08-20	700.000,00	0,00	0,08	0,08	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
TOTAL MLP						3.480.618,71	2.382.673,05			271.806,10	47.733,17	319.539,27	183.237,00	14.325,55	197.562,55	0,00	2.110.866,95	1.927.629,95

Nome da Instituição	Passivo não corrente	Passivo Corrente
BPI	24 282,70 €	4 856,54 €
Novo Banco	36 916,69 €	4 922,22 €
Novo Banco	68 564,75 €	9 141,96 €
CGD	501 808,27 €	50 180,84 €
BPI	1 112 820,54 €	114 135,44 €
TOTAL	1 744 392,95 €	183 237,00 €

Nota 8 - Propriedades de investimento

As propriedades de investimento são mensuradas ao custo. O custo de aquisição compreende o seu preço de compra e quaisquer outros gastos que lhe sejam diretamente imputáveis.

De seguida apresenta-se o quadro com as propriedades de investimento no início e no final do ano.

Quadro 8.1 – Propriedades de investimento - Variações: modelo do custo

RUBRICAS	Quantia Escriturada Inicial	Variações					Quantia Escriturada Final
		Adições	Transf. Internas	Amortiz. Período	Perdas por Imparidade	Diminuições	
Bens de Domínio Público							
Terrenos e Recursos Naturais	39.487,25	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	39.487,25
Edifícios e Outras Construções	301.521,97	0,00	0,00	-3.931,27	0,00	0,00	297.590,70
Outras PI	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PI em Curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	341.009,22	0,00	0,00	-3.931,27	0,00	0,00	337.077,95

Nota 9 – Imparidade de ativos

Informação no ANEXO IV.

Nota 10 - Inventários

O custo de cada item de inventário é determinado através da média ponderada do seu custo inicial e do custo de itens semelhantes adquiridos durante o ano de 2020 - custo médio ponderado. De seguida apresenta-se o quadro com a informação dos valores da conta de inventários e os movimentos do período.

Quadro 10.1 - Inventários

Ativo	Quantia bruta	Imparidade acumulada	Quantia recuperável
Mercadorias	2.589,75	0,00	2.589,75
Matérias primas, subsidiárias e de consumo	32.353,80	0,00	32.353,80
Produtos acabados e intermédios	0,00	0,00	0,00
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	0,00	0,00	0,00
Produtos e trabalhos em curso	0,00	0,00	0,00
Total	34.943,55	0,00	34.943,55

Quadro 10.2 – Inventários: movimentos do período

Rubrica	Quantia escriturada inicial	Movimentos do período							Quantia escriturada final
		Compras Líquidas	Consumos/gastos	Variações nos inventários da produção	Perdas por imparidade	Reversões de perdas por imparidade	Outras reduções de inventários	Outros aumentos de Inventários	
	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)=(1)+(2)-(3)-(4)-(5)+(6)-(7)+(8)
Mercadorias	2.589,75	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.589,75
Matérias primas, subsidiárias e de consumo	33.626,39	289.292,18	290.438,62	0,00	0,00	0,00	53,54	179,69	32.353,80
Produtos acabados e intermédios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Produtos e trabalhos em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	36.216,14	289.292,18	290.438,62	0,00	0,00	0,00	53,54	179,69	34.943,55

Nota 13 - Rendimento de transações com contraprestação

As notas têm por objetivo prescrever o tratamento contabilístico do rendimento proveniente de transações e acontecimentos que tenham uma contraprestação, destacando como aspeto principal a determinação do momento do reconhecimento.

O rendimento é reconhecido quando for provável que fluam para a entidade benefícios económicos futuros ou potencial de serviço e estes benefícios possam ser mensurados com fiabilidade. De seguida apresenta-se o detalhe destes rendimentos.

Quadro 13.1 - Rendimentos com contraprestação

Tipo de rendimento	Rendimento do período reconhecido em		Quantias por receber		Adiantamentos recebidos
	Resultados	Património líquido	Início do período	Final do Período	
Vendas	270.385,48		104.283,39	90.835,68	
Prestação de serviços	843.409,47		143.010,27	148.717,33	
Outros Proveitos Suplementares	662,91		0,00	357,74	
Rendimentos em investimentos não financeiros	139.239,92		0,00	999,99	
Juros obtidos	40,82		0,00	0,00	
Dividendos obtidos	5.574,50		0,00	0,00	
TOTAL	1.259.313,10 €	0,00 €	247.293,66 €	240.910,74 €	

Nota 14 - Rendimento de transações sem contraprestação

As transações sem contraprestação subdividem-se em impostos, taxas e transferências. Os impostos são benefícios económicos ou potencial de serviço obrigatoriamente pagos ou a pagar a entidades públicas, de acordo com disposições legais adequadas, criadas para proporcionar rendimento às administrações públicas. As taxas estão subordinadas aos princípios da equivalência jurídica, da justa repartição dos encargos públicos e da publicidade, incidindo sobre utilidades prestadas aos particulares, geradas pela atividade dos municípios ou resultantes da realização de investimentos municipais. As transferências são influxos de benefícios económicos futuros ou potencial de serviço provenientes de transações sem contraprestação que não sejam impostos.

De seguida apresenta-se o detalhe destes rendimentos.

Quadro 14.1 - Rendimentos sem contraprestação

Tipo de rendimento	Rendimento do período reconhecido em		Quantias por receber		Adiantamentos recebidos
	Resultados	Património líquido	Início do período	Final do Período	
Impostos diretos	549.970,26		0,00	0,00	
Impostos indiretos	211.871,61		0,00	0,00	
Taxas específicas das Autarquias Locais	73.682,10		9.030,89	9.786,27	
Multas e outras penalidades	8.618,08		13.024,08	13.103,36	
Transferências e subsídios correntes obtidos	4.497.885,44		17.993,07	35.749,75	
Transferências e subsídios de capital	613.022,01	12.104.264,29	19.583,50	17.716,97	
TOTAL	5.955.049,50	12.104.264,29	59.631,54	76.356,35	

Nota 15 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

Relativamente aos diversos processos judiciais que se encontram em curso, quer instaurados pelo Município de Sousel, quer instaurados por outras entidades, após reapreciação jurídica para efeitos de prestação anual das contas, foi mantida a provisão para outros riscos e encargos em 216.540,64€, que se estima suficiente para fazer face a eventuais indemnizações de processos onde existe um risco significativo de ocorrerem decisões desfavoráveis ao Município.

Foi constituída provisão de novo processos judiciais em curso, interpostos pela Sociedade Agrícola Vale do Poente, Lda. ao Município de Sousel, no montante de 30.000,01€.

Quadro 15.1 - Provisões

RUBRICAS	Quantia escriturada inicial (1)	Aumentos				Diminuições				Quantia escriturada final (10)=(1)+(5)-(9)
		Reforços (2)	Aumento s da quantia desconta da (3)	Outros aumentos (4)	Total aumentos (5)=(2)+(3)+ (4)	Utilizaçõ es (6)	Reversõe s (7)	Outras diminui ções (8)	Total diminuições (9)=(6)+(7)+(8)	
Impostos, contribuições e taxas Garantias a clientes	182.119,22	36.115,05	0,00	0,00	36.115,05	0,00	2.158,05	0,00	2.158,05	216.076,22
Processos judiciais em curso	216.540,64	0,00	0,00	30.000,01	30.000,01	0,00	0,00	0,00	0,00	246.540,65
Acidentes de trabalho e doenças profissionais Matérias ambientais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratos onerosos Reestruturação e reorganização	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras provisões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	398.659,86	36.115,05	0,00	30.000,01	66.115,06	0,00	2.158,05	0,00	2.158,05	462.616,87

Nota 17 – Acontecimentos após a data de relato

Quando ocorrem eventos subsequentes à data do balanço, o impacto desses eventos é ajustado nas demonstrações financeiras. Caso contrário, eventos subsequentes à data do balanço com uma natureza e dimensão material são descritos nesta nota.

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2020.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

Nota 18 – Instrumentos Financeiros

Os Instrumentos Financeiros mensurados ao custo amortizado menos as perdas por imparidade expressam os valores a seguir apresentados.

CMS – Anexo às Demonstrações Financeiras 2020

Quadro 18.1 - Instrumentos Financeiros - Ativo

Quantias escrituradas de cada uma das categorias de ativos financeiros			31.12.2020		
			Quantias brutas	Imparidades acumuladas	Quantias escrituradas
Ativos financeiros	Activos financeiros ao justo valor por contrapartida em resultados	...			
		...			
		Subtotais			
	Ativos financeiros ao custo amortizado menos imparidade	Devedores p/transf.sub.emp.bonif.			
		- Dev. por transf. e sub. não reemb.	53.007,07	0,00	53.007,07
		Clientes, contribuintes e utentes			
		- Clientes c/c	244.344,39	216.076,22	28.268,17
		- Contribuintes	2.189,74	0,00	2.189,74
		- Utentes	15.897,67	0,00	15.897,67
		Outros ativos			
		- Pessoal	0,00	0,00	0,00
		- Estado e out.ent.públicos	174.892,26	0,00	174.892,26
		- Dev. por acréscimos	177.071,76	0,00	177.071,76
		- Adiantamentos a fornecedores	0,00	0,00	0,00
		- Devedores diversos	1.619,93	0,00	1.619,93
		- Outros ativos financeiros	0,00	0,00	0,00
		- Gastos a reconhecer	22.640,80	0,00	22.640,80
		Participações financeiras			
	Subtotais	691.663,62	216.076,22	475.587,40	
	Instrumentos de património líquido mensurados ao custo	Património/Capital	10.545.290,95		10.545.290,95
		Reservas	34.394,74		34.394,74
		Resultados transitados	3.137.501,04		3.137.501,04
		Ajustamento em ativos financeiros	-174.592,28		-174.592,28
		Outras variações no Património Líquido	13.644.380,56		13.644.380,56
		Subtotais	27.186.975,01		27.186.975,01
Totais		27.878.638,63	216.076,22	27.662.562,41	

Quadro 18.2 - Instrumentos Financeiros - Passivo

Quadro 18.2 - Instrumentos Financeiros - Passivo					
Quantias escrituradas de cada uma das categorias de passivos financeiros			31.12.2020		
			Quantias brutas	Imparidades acumuladas	Quantias escrituradas
Passivos financeiros	Passivos financeiros mensurados ao justo valor por contrapartida em resultados	Credores p/transf.sub.emp.bonif.			
		- Cred. por transf. e sub. não reemb.	0,00	0,00	0,00
		- Cred. por emp.bon.e sub. reembolsáveis	0,00	0,00	0,00
		Fornecedores	971.928,49	0,00	971.928,49
		Outros passivos			
		- Pessoal	1.129,17	0,00	1.129,17
		- Estado e out.ent.públicos	77.089,14	0,00	77.089,14
		- Fornecedores de investimentos	22.455,97	0,00	22.455,97
		- Cred. por acréscimos	484.595,48	0,00	484.595,48
		- Credores diversos	56.258,91	0,00	56.258,91
		- Rendimentos a reconhecer	485.706,32	0,00	485.706,32
		Financiamentos obtidos	2.044.121,13		2.044.121,13
	Subtotais	4.143.284,61	0,00	4.143.284,61	
	Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado	...			0,00
		...			0,00
		Subtotais			0,00
	Compromissos de empréstimo mensurados ao custo menos imparidade	...			0,00
		...			0,00
		Subtotais			0,00
	Totais		4.143.284,61	0,00	4.143.284,61

As participações em associadas estão mensuradas por recurso ao método da equivalência patrimonial.

No quadro seguinte indica-se as participadas do Município de Sousel.

Quadro 18.3 - Participações Financeiras

Designação da Entidade	31-12-2020	Aumento	Redução	31-12-2019
Águas de Vale do Tejo SA	395.212,15 €	6.220,06 €	0,00 €	388.992,09 €
Valnor	225.524,14 €	0,00 €	8.900,17 €	234.424,31 €
Matadouro Regional do Alto Alentejo	0,00 €	0,00 €	72.948,89 €	72.948,89 €
Águas do Alto Alentejo, EIM, SA	1.255.457,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
FAM-Fundo de Apoio Municipal	200.682,00 €	0,00 €	0,00 €	200.682,00 €
TOTAL	2.076.875,29 €	6.220,06 €	81.849,06 €	824.098,40 €

A ultima prestação por realizar do FAM foi feita por incorporação dos resultados.

Nota 19 – Benefícios dos empregados

Ao nível dos benefícios a empregados destaca-se o valor referente a remuneração base no montante 2,4 milhões de euros. Os valores de subsidio de natal e férias ascendem a 321 mil euros, seguindo-se o subsidio de refeição no montante de 184 mil euros.

No que se refere ao total dos suplementos e outras componentes remuneratórias, estas dizem respeito sobretudo a encargos com saúde dos trabalhadores e a encargos com comparticipações para os sistemas de apoio social.

Quadro 19.1 - Recursos humanos, remunerações e outros benefícios	
Informação Geral	
Número médio de trabalhadores	162
Total de trabalhadores no início do exercício	160
Total de trabalhadores no final do exercício	165
Fluxos de entradas e de saídas	
N.º de trabalhadores admitidos e regressados	21
N.º de trabalhadores que saíram durante o exercício	16
Remunerações, suplementos e outras componentes remuneratórias	
Total das remunerações base	2 445 221,43 €
Total de subsidio de férias / Natal	321 556,41 €
Total de subsidios de refeição	184 005,80 €
Total do abono de ajudas de custo e de transporte	4 489,94 €
Total de remunerações por trabalho suplementar e extraordinário	35 131,68 €
Total de suplementos e outras componentes remuneratórias	151 626,97 €
TOTAL GERAL	3 142 032,23 €

Nota 20 - Divulgações de partes relacionadas

Não aplicável

Nota 23 – Outras divulgações

Nesta nota apresentamos os valores do mapa da Demonstração de Resultados, valores estes que não se encontram nas notas acima indicadas.

23.1 – Fornecimentos e Serviços Externos

Os Fornecimentos e Serviços Externos atingiram o montante de 1,3 milhões de euros, registando uma variação de cerca de 12%, relativamente ao ano anterior. Este aumento é justificado pela realização de despesa com a Pandemia da COVID-19.

No quadro seguinte indica-se os valores de Fornecimentos e serviços externos.

Quadro 23.1 - Fornecimentos e Serviços Externos

Conta	Designação	Valor
621	Subcontratos e parcerias	524.695,87
622	Serviços especializados	419.641,45
623	Materiais de consumo	1.135,88
624	Energia e fluidos	180.596,54
625	Deslocações, estadas e transportes	5.091,25
626	Serviços diversos	178.877,32
TOTAL		1.310.038,31

23.2 – Transferências e Subsídios Concedidos

Relativamente às transferências e subsídios concedidos, estes constam do mapa 22 – Transferências e subsídios despesa, o qual faz parte integrante da Prestação de Contas 2020, registando um valor de 634.798,72€. Este valor encontra-se influenciado pelo apoio prestado às instituições no âmbito da COVID-19.

No quadro seguinte indica-se os valores de Transferências e Subsídios Concedidos.

Quadro 23.2 - Transferências e Subsídios Concedidos

Conta	Designação	Valor
60131	Associações de Municípios	42.647,95
60135	Freguesias	142.837,48
60161	Instituições sem Fins Lucrativos	261.664,92
60162	Famílias	138.799,64
Total de Transferências correntes concedidas		585.949,99
60431	Associações de Municípios	2102,57
60435	Freguesias	10000
60461	Instituições sem Fins Lucrativos	36746,16
Total de Transferências capital concedidas		48.848,73
TOTAL		634.798,72

23.3 – Outros Rendimentos

Os Outros Rendimentos atingiram o montante de 754.884,51€, destacando-se a rubrica de Rendimentos em Investimentos não Financeiros no montante de 139.239,92€.

No quadro seguinte indica-se os valores de Outros Rendimentos.

Quadro 23.3 - Outros Rendimentos

Conta	Designação	Valor
781	Rendimentos suplementares	662,91
784	Ganhos em inventários	53,44
787	Rendimentos em investimentos não financeiros	139.239,92
788	Outros	614.928,24
TOTAL		754.884,51

23.4 – Outros Gastos

No que diz respeito aos Outros Gastos, estes atingiram o montante de 222.696,29€, destacando-se a rubrica de Correções relativas a períodos anteriores, no montante de 86.497,89€.

No quadro seguinte indica-se os valores de Outros Gastos.

Quadro 23.4 - Outros Gastos

Conta	Designação	Valor
681	Impostos e taxas	39.135,95
683	Dívidas incobráveis	1.316,64
684	Perdas em inventários	179,59
686	Gastos nos restantes investimentos financeiros	50.226,39
687	Gastos em investimentos não financeiros	1.324,20
688	Outros	130.513,52
TOTAL		222.696,29

23.5 – Juros e Rendimentos Similares Obtidos

Os Juros e Rendimentos Similares Obtidos atingiram o montante 5.615,32€, destacando-se a rubrica de Dividendos Obtidos no montante de 5.574,50€ que diz respeito aos dividendos do FAM.

No quadro seguinte indica-se os valores de Juros e Rendimentos Similares Obtidos.

Quadro 23.5 - Juros e Rendimentos Similares Obtidos

Conta	Designação	Valor
791	Juros obtidos	40,82
792	Dividendos obtidos	5.574,50
TOTAL		5.615,32

23.6 – Juros e Gastos Similares Suportados

Relativamente aos Juros e Gastos Similares Suportados, estes atingiram o montante de 42.378,31€, destacando-se a rubrica de Outros Juros, no montante 26.373,09€, onde se encontram os juros pagos do acordo de pagamento com as Águas de Vale do Tejo.

No quadro seguinte indica-se os valores de Juros e Gastos Similares Suportados

Quadro 23.6 - Juros e Gastos Similares Suportados

Conta	Designação	Valor
6911	Juros de financiamentos obtidos	14.201,77
6912	Juros de locação financeira e concessões	1.048,53
6913	Juros tributários	754,92
6918	Outros juros	26.373,09
TOTAL		42.378,31

23.7 – Transferências e Subsídios Correntes Obtidos

No que diz respeito às Transferências e Subsídios Correntes Obtidos, estas atingiram o montante de 4.497.885,44€, destacando-se a rubrica de Fundo de Equilíbrio Financeiro (FEF), no montante de 3.452.065,00€.

No quadro seguinte indica-se os valores de Transferências e Subsídios Correntes Obtidos.

Quadro 23.7 - Transferências Correntes

Conta	Designação	Valor
751113	Fundo de Equilíbrio Financeiro (FEF)	3.452.065,00
751114	Fundo Social Municipal (FSM)	95.190,00
751115	Participação no IRS	109.990,00
751117	Transferências de competências - Lei n.º 50/2018	632.311,76
751118	Participação do IVA	67.383,06
751119001	Comissão Protecção de Crianças e Jovens	11.849,52
751119002	Autoridade Florestal Nacional	48.424,67
751119004	Protocolo - Veterinária	13.875,00
751129001	Contrato Emprego Inserção	10.581,27
75119001	Transferência de Competências - Saúde	56.215,16
TOTAL		4.497.885,44

Nota final

As notas cuja numeração se encontra ausente deste anexo não são aplicáveis ao Município de Sousel ou a sua apresentação não é relevante para a leitura das demonstrações financeiras.